

## "BDE - Um Banco Empreendedor"

por Sergio Schmitz\*

Este artigo é um estudo sobre o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BDE, instituído pelo PLAMEG(1961-1965), tema de nossa tese de doutorado, em realização na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH e na Faculdade de Economia e Administração - FEA, ambas da Universidade de São Paulo - USP.

Santa Catarina - SC, tem apenas 1% do território nacional e 3% da população brasileira, mas é o quarto Estado produtor de alimentos, o quinto gerador de tributos federais e sexto parque industrial.

De onde vieram as explicações desta "performance". A resposta é: não de uma única fonte. O mundo dos negócios têm dois grandes impulsores: o empreendedor e o empresário. Ambos são os maiores responsáveis pela criação, desenvolvimento, administração e sucesso (ou insucesso) das empresas, apesar de que o sucesso empresarial não depende só deles(1).

Com certeza, resulta também da participação de instituições, tais como a criação e presença de bancos empreendedores; entendendo-se com isso que, sem ser a causa única, sua presença e sua ação constituíram, no entanto uma condição.

O Estado de Santa Catarina ressentia-se no início da década de 60 de um instrumento próprio de crédito, capaz de atender os reclamos de sua população e que permitisse a recuperação e o desenvolvimento dos setores básicos da economia catarinense. Embora Santa Catarina já representasse 15% da renda gerada na região do Extremo-Sul, era extremamente carente de recursos creditícios à economia e tanto é verdade que recebia apenas 6% dos financiamentos concedidos a essa região.

Era assim, um obstáculo ao desenvolvimento econômico o desemprego a que estavam submetidas as forças produtivas do Estado, no início da década de 60. Entretanto, de 1961 para cá a indústria em San

ta Catarina cresceu 14 vezes e o setor terciário oito vezes. Enquanto em 61 a renda per capita era de US\$ 700, hoje está em torno de US\$ 2.500. O PIB que era de US\$ 1,5 bilhões passou para US\$ 10,5 bilhões em 1987. Nesse ano ainda as exportações equivaleram a quase dois terços do que arrecadava a economia em 1960.

Alguma coisa, com certeza, aconteceu: tudo começou no final da década de 50 com um fato político. O Presidente da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, empresário Celso Ramos, é lançado candidato a Governador pela Aliança Social-Trabalhista, constituída pelo PSD, PTB e PRP e em seu discurso de plataforma eleitoral promete a criação de um banco de desenvolvimento.

Ségundo a expectativa do candidato e que mais tarde viria a ser o governador eleito, o banco deveria ser uma organização não comercial, cabendo a administração aos grupos organizados da indústria, comércio, agricultura, trabalho e governo, com finalidades básicas de aceleração do processo econômico do Estado.

Esta idéia tinha como referencial uma população pouco superior a 2 milhões de habitantes. Em meados dos anos 50, quase 600 mil habitantes eram economicamente ativos, isto é, 10,7% no setor secundário, 73,4% no primário e apenas 15,9% no terciário. A economia era praticamente dedicada à agricultura e ao extrativismo, representando 48% do produto catarinense. A indústria e o comércio significavam respectivamente 19,9% e 32,1% na formação da renda. A propósito, é interessante assinalar que o banco deveria também financiar a "profissão".

Destarte, todo portador de uma profissão que desejasse executar por conta própria, deveria merecer do banco de investimentos o apoio financeiro que permitisse instalar sua própria oficina, gabinete ou adquirir seu caminhão, barco de pesca, enfim "seu negócio próprio". É preciso destacar que de acordo com Peter Drucker o que hoje chamamos de capitalismo financeiro, surgiu como desenvolvimento da teoria do banco empreendedor, isto é, o uso premeditado de capital para gerar o crescimento econômico(2).

Com essas propostas, nasceu o BDE. Nascia um banco empreendedor

no momento em que a economia brasileira passava a apresentar evidentes sinais de estagnação, em grande parte pelo número de substituições de importações e também pela instabilidade política com efeitos depressivos multiplicadores na economia.

Em 14 de junho de 1962, foi expedida a Carta Patente nº 6.977. Em 1960, a rede bancária que servia à Santa Catarina era constituída por 3 matrizes e 119 agências, fazendo empréstimos que, em 1958 totalizavam Cr\$ 4,0 bilhões, para Cr\$ 419 bilhões a todo o País.

Ainda em 1961, as vendas mercantis em Santa Catarina atingiram 35 bilhões de cruzeiros. Não possuindo o seu banco, toda riqueza estava sendo encaminhada aos bancos privados que investiam em outros centros dinâmicos da economia brasileira, como São Paulo, que, de um modo geral, correspondia de 1951 a 1958, a 10% das receitas previstas.

Este era o espaço para a implantação do BDE, criado para captar recursos da economia e canalizar para as atividades produtivas, fomentando o desenvolvimento. O banco seria administrado por uma diretoria composta de um presidente e quatro diretores, sendo um deles eleito pelo capital privado. A estrutura bancária comportaria um Conselho de Administração, composto de representantes do Governo do Estado, do setor produtivo, do setor terciário ou mesmo do capital particular.

Montar uma equipe de alta administração pode ser, isoladamente, o mais importante passo para o sucesso de um novo empreendimento, diz Peter Drucker. Destarte, ponto alto da reforma no setor financeiro e de ação do PLAMEG na política econômica do Estado foram as diretrizes empreendedoras encetadas pelo BDE.

No segundo exercício pleno do banco, já contava 13 agências em funcionamento. Constituído com o capital de 300 mil cruzeiros, o BDE dispunha no segundo ano de operação de Cr\$ 1,9 milhão em recursos, decorrentes da contribuição anual de 3% das rendas do Tesouro Estadual. O banco era, no Plameg, meta cumprida. Ponto dos mais altos da plataforma do Governo. A idéia da implantação de um estabelecimento de crédito surgiu nos debates do Seminário Sócio-Econômico

e, a 21 de julho de 1962, inaugurou-se com a instalação do BDE (3).

A política do Banco, no concernente ao setor industrial, foi executada em três frentes: a de financiamento de capital de giro, a de participação em inversões para ampliação do capital fixo e a de prestação de garantias. Desenvolveu um programa de crédito rural orientado, destinado a atender às necessidades de pequenos e médios produtores rurais.

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BDE, foi criado como veículo de créditos das atividades produtivas e, dessa forma, constituindo-se num agente financeiro, financiando diretamente ou operando com Letras e Operações do Tesouro, quer avaliando ou afiançando(4).

O artigo que se acabou de esboçar (trabalhado sem a preocupação de erudição teórica) faz parte da preocupação da pesquisa sobre o banco, na qual se vai pretender demonstrar no trabalho final a relação existente entre a expansão do crédito e seu vínculo como desenvolvimento, permitindo assim lançar luz sobre os aspectos mais amplos do desenvolvimento catarinense e mesmo revelar conteúdo dos interesses de grupos ou de classes em determinadas ações políticas ao nível de Estado, controlador e garantidor da acumulação capitalista.

R. Cameron, autor que realizou pesquisas a respeito dos bancos no processo de industrialização, coloca como critérios para aferição da eficácia de um sistema bancário, o desempenho adequado das seguintes funções: ser intermediário entre poupadores e investidores potenciais; fornecer parte dos meios de pagamentos ou da oferta monetária e a última, de prover a economia de talento empresarial (5). O BDE, foi um banco empreendedor!

---

#### NOTAS

- (1) Significativamente, contudo, em Santa Catarina poder-se-ia citar a presença do empreendedor "schumpeteriano". Nesse ínterim,

dentre os grandes economistas modernos, Joseph Schumpeter abordou o empreendedor e o seu impacto sobre a economia. O que o economista se propôs a fazer foi identificar uma fonte endógena de crescimento econômico. Encontrou uma resposta na índole do empreendedor. É através das decisões do empreendedor que o progresso técnico dá direção e impulso ao capital, e é a sua psicologia (sua presteza em assumir o comando na busca de lucros associados com o risco) que faz o processo de crescimento. O capital, no sistema de Schumpeter, nada mais é que a alavanca por meio do qual o empreendedor submete ao seu controle os bens concretos de que necessita, nada mais que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos ou ditar uma nova direção para produção. Para uma análise detalhada da "Teoria de Desenvolvimento Econômico" de Schumpeter, ver Phyllis Deane, "A Evolução das Idéias Econômicas". RJ, Zahar, 1980.

- (2) Peter F. Drucker. Inovação e Espírito Empreendedor. São Paulo, Pioneira, 1987. O autor analisa neste livro atos e comportamentos do empreendedor, discute conceitos e idéias sobre inovação e empreendimentos.
- (3) O Seminário Sócio-Econômico ensejou um diagnóstico que resultou na criação de um documento de problemas, reivindicações e soluções. Esse documento deu origem à Lei que instituiu o Plano de Metas do Governo Celso Ramos (1961-1965), o PLAMEG. Sobre o Governo Celso Ramos e seu Plano de Metas, existe o trabalho de nossa autoria intitulado: Planejamento Estadual: a experiência do Plameg. Publicado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 1985.
- (4) Estamos usando as seguintes fontes documentais: Jornais, Relatórios, Mensagens do Governo, Balancetes, Contratos, Anuários Estatísticos, Atas e Entrevistas.
- (5) Rondo E. Cameron. Banking and Economic Development: Some Lessons of History. New York, Oxford University Press, 1976.